

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF JONATHAS DINIZ VIEIRA COELHO

O PROGRAMA ANTÁRTICO DA NOVA ZELÂNDIA:

Análise histórica a partir do início do século XX até outubro de 2022

Rio de Janeiro

2023

CF JONATHAS DINIZ VIEIRA COELHO

O PROGRAMA ANTÁRTICO DA NOVA ZELÂNDIA:

Análise histórica a partir do início do século XX até outubro de 2022

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

ASSINATURA PELO GOV.BR

(LOCAL DA CHANCELA)

AGRADECIMENTO

A Deus, pelo dom da vida, saúde e graça.

A meu pai e amigo, Davi de Freitas Coelho, pelas orações, conselhos e amizade.

A minha esposa e amiga, Marcela, por sua companhia ante os desafios diários na criação de nossos filhos, por se regozijar comigo nos momentos de alegria e por sua torcida, suporte e entendimento nos momentos de dificuldade e ausência.

Aos amigos da carona solidária, Ibsen Nunes Ajourio, Ana Carolina Ferreira Ballestê Ajourio e Thomas Fraga Coelho, pela amizade, conselhos e orientações ao longo do curso.

Ao amigo Marcus Vinicius Pova Nobrica, pela atenção e esmero nas sugestões de melhorias, por ocasião da revisão deste trabalho.

Ao Capitão de Mar e Guerra Leonardo Faria de Mattos, meu orientador, por sua contagiante motivação com o tema “Geopolítica” e ser um incansável e reconhecido divulgador da Antártica. Suas orientações, apontamentos, intervenções e paciência foram determinantes para a conclusão deste projeto.

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho acadêmico é o Programa Antártico da Nova Zelândia, tendo como contexto temporal o início do século XX até outubro de 2022, ocasião em que a Primeira-Ministra, Jacinda Ardern, visitou a Estação Scott em comemoração aos 65 anos de sua fundação. A relevância do tema fundamenta-se na oportunidade de conhecer, com maior riqueza de detalhes, a forma de atuação de um dos sete países que reivindica território na Antártica e que mantém no continente uma estrutura similar às brasileiras. Para atingir esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental. O desenho de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, aplicando-se a teoria Realista conforme Morgenthau, que disseminou a ideia de que as políticas externas dos Estados podem seguir três padrões típicos. Ao analisar o desenvolvimento das ações neozelandesas relativas à Antártica, percebe-se uma evolução das posturas adotadas; inicialmente de descaso, com a tomada de atitudes motivadas por agentes externos, e chegando à fase de pró-atividade, após a construção da Estação Scott. Ao se confrontar tais ações com a teoria, conclui-se que a política externa neozelandesa adotada até hoje é a de manutenção do *status quo*. No entanto, a Nova Zelândia se mantém como um dos países reivindicantes de território e, caso em 2048 o Tratado seja revisto, pode alterar a política externa conduzida para uma imperialista, modificando as relações de poder existentes.

Palavras-chave: Nova Zelândia; Antártica; Programa Antártico da Nova Zelândia; Estação Scott; Teoria Realista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa das reivindicações territoriais na Antártica	51
Figura 2 - HMNZS “Aotearoa”	52
Figura 3 - Boeing 757-2K2	53
Figura 4 - Boeing P-8A Poseidon	54
Figura 5 - Vista área da Estação Scott	55
Figura 6 - Fazenda Eólica em Cratter Hill	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAT -	<i>Australian Antarctic Territory</i> ou Território Antártico Australiano
AGI -	Ano Geofísico Internacional
ANZ -	<i>Antarctica New Zealand</i>
ANZUS -	<i>Australia, New Zealand and United States</i> ou Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos da América
ATCM -	<i>Antarctic Treaty Consultative Meeting</i> ou Reunião Consultiva do Tratado da Antártica
ATCP -	<i>Antarctic Treaty Consultative Parties</i> ou Partes Consultivas do Tratado da Antártica
ATS -	<i>Antarctic Treaty System</i> ou Sistema do Tratado da Antártica
BANZARE -	<i>British Australian New Zealand Antarctic Research Expedition</i> ou Expedição de Pesquisa Antártica Britânica, Australiana e Neozelandesa
CCAMLR -	<i>Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources</i> ou Comissão para a Conservação de Recursos Marinhos Vivos Antárticos
CRAMRA -	<i>Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities</i> ou Convenção da Regulamentação das Atividades de Recursos Minerais Antárticos
EUA -	Estados Unidos da América
FID -	<i>Falkland Islands Dependency</i> ou Dependência das Ilhas Falkland ou Malvinas
FPDA -	<i>Five Powers Defense Arrangements</i> ou Acordos de Defesa dos Cinco Poderes
ICAIR -	<i>International Centre for Antarctic Information and Research</i> ou Centro Internacional de Informação e Pesquisa Antártica
MFAT -	<i>Ministry of Foreign Affairs and Trade</i> ou Ministério das Relações Exteriores e Comércio
NZAP -	<i>New Zealand Antarctic Programme</i> ou Programa Antártico da Nova Zelândia
ONG -	Organização não Governamental
RIWF -	<i>Ross Island Wind Farm</i> ou Fazenda Eólica da Ilha Ross
RNZAF -	<i>Royal New Zealand Air Force</i> ou Força Aérea da Nova Zelândia
SCAR -	<i>Scientific Committee on Antarctic Research</i> ou Comitê Científico de Pesquisas Antárticas

- SI - Sistema Internacional
- TAE - *Trans Antarctic Expedition* ou Expedição Transantártica
- URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A TEORIA REALISTA E A ANTÁRTICA	11
2.1	Teoria Realista segundo Morgenthau	11
2.2	A Antártica	14
2.2.1	Primeiros exploradores	15
2.2.2	Ano Geofísico Internacional, SCAR e Tratado da Antártica	16
3	NOVA ZELÂNDIA E O INTERESSE ANTÁRTICO	19
3.1	Nova Zelândia	19
3.2	Evolução dos interesses neozelandeses na Antártica a partir do século XX	22
3.3	Considerações parciais	31
4	O PROGRAMA ANTÁRTICO DA NOVA ZELÂNDIA	34
4.1	Organizações com interesse na Antártica	34
4.2	Presença neozelandesa na Antártica – Estação Scott	37
4.3	Fazenda eólica na Ilha Ross	39
4.4	Considerações parciais	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	46
	ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

Estudar, escrever, tratar ou comentar sobre a Antártica suscita expectativas interessantes e controversas. Talvez pelo fato de serem muito grandiosas as suas dimensões e proporções em relação ao que dela se conhece ou mesmo por ser um local onde apenas poucas pessoas tiveram o privilégio ou oportunidade de visitar.

Essa atração humana pelos mistérios, dúvidas e medos foi despertada neste autor ao ler o livro “Endurance: A lendária expedição de Shackleton à Antártida”, em que o protagonista vivenciou uma experiência pela qual nenhum homem do mar deseja passar, que é perder seu navio. Mesmo diante de uma situação catastrófica, manteve a coesão e integridade de sua tripulação. Tal como ele, muitos outros navegadores e exploradores tiveram experiências únicas ao terem contato com a Antártica. Apesar de histórias tão diferentes, em quase todas havia uma similaridade: as expedições partiram de portos da Nova Zelândia ou para lá voltaram após visitarem o continente gelado.

A partir daí surgiu o interesse de investigar um pouco mais sobre esse país insular, que é um dos sete países que reivindica território no sexto continente e possui uma única estação antártica de dimensões similares à brasileira, e uma dúvida: como é desenvolvido o Programa Antártico da Nova Zelândia (NZAP, em sua sigla em inglês)?

Este trabalho tem como objeto de estudo o NZAP e as investigações serão realizadas a partir do início do século XX. Ainda, o propósito deste trabalho é analisar as relações entre a Nova Zelândia e a Antártica e responder à pergunta supracitada. Todas as análises formuladas foram baseadas nas concepções da teoria Realista, segundo Hans Morgenthau. O período selecionado para início da pesquisa coincide com o estabelecimento de duas cidades neozelandesas como pontos de parada para as expedições britânicas ao continente polar.

A relevância do tema fundamenta-se no seu ineditismo, na oportunidade de se conhecer como é desenvolvido o programa antártico de um país que não é um dos grandes atores no cenário internacional, mas que reivindica território¹ e mantém estruturas de apoio no continente, além de entender o porquê de os Estados Unidos da América (EUA) terem

¹ Ver FIG. 1, ANEXO A.

escolhido a cidade de Christchurch, Nova Zelândia, como ponto principal de apoio à duas de suas estações antárticas: McMurdo² e Amundsen-Scott³.

Para alcançar o objetivo, a metodologia empregada nessa dissertação é descritiva e analítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo foi estruturado nos moldes de um trabalho científico, aplicando-se a teoria Realista descrita por Morgenthau (2003), na qual os Estados atuam no Sistema Internacional (SI) buscando conservar, aumentar ou demonstrar o seu poder.

No segundo capítulo serão apresentados os pressupostos teóricos da pesquisa, bem como a descrição do ambiente onde serão conduzidas as ações analisadas ao longo do estudo.

No terceiro capítulo será realizada a apresentação da Nova Zelândia e análises da evolução histórica dos interesses antárticos neozelandeses a partir no início do século XX.

No quarto capítulo serão analisados o NZAP e algumas estruturas que consolidam a presença daquele país no sexto continente e o habilitam a manter sua reivindicação territorial, caso haja uma revisão no Tratado da Antártica (1959) ou no Protocolo de Madri (1991).

No último capítulo será concluída a pesquisa, sendo apresentados os resultados alcançados e a resposta ao questionamento motivador deste trabalho.

Desta forma, inicia-se o estudo apresentando-se alguns conhecimentos necessários para a compreensão da pesquisa.

² McMurdo é a maior estação na Antártica, pertence aos EUA e está localizada na Dependência Ross, próxima à estação neozelandesa. (McMURDO..., 2001).

³ Amundsen-Scott é a estação antártica norte-americana localizada no Polo Sul Geográfico (EUA, 2023).

2 A TEORIA REALISTA E A ANTÁRTICA

No presente capítulo serão apresentados a fundamentação teórica e um breve histórico da Antártica, em duas seções distintas: na primeira serão apresentados os conceitos teóricos segundo o cientista político Hans J. Morgenthau; e na segunda seção serão abordadas características gerais e um breve histórico do continente antártico.

Na seção a seguir serão apresentadas informações sobre o aludido autor, sua obra e os conceitos de sua teoria, com ênfase nos elementos constitutivos do Poder Nacional.

2.1 Teoria Realista segundo Morgenthau

A teoria Realista das Relações Internacionais é uma perspectiva na análise das relações entre os Estados que enfoca a competição e o conflito em vez da cooperação e da harmonia. Os realistas acreditam que os Estados são as principais unidades de análise e que eles agem em interesse próprio, buscando segurança e poder em um SI anárquico. Também argumentam que, uma vez que não há autoridade central em tal sistema, os Estados devem se defender e se proteger de ameaças externas, o que muitas vezes pode resultar em conflitos e guerras (MINGST, 2014).

Hans Morgenthau (1904-1980) foi um importante teórico das Relações Internacionais e professor de Ciência Política nos EUA. Nasceu e estudou na Alemanha, onde se especializou em Direito e Diplomacia. Antes de emigrar para a América, fugindo da perseguição nazista aos judeus, ensinou direito público na Universidade de Genebra e trabalhou na Espanha. Já em terras ianques, lecionou no *Brooklyn College* (1937–39), na Universidade de Kansas City (1939–43), na Universidade de Chicago (1943–71) e, após sua aposentadoria, no *City College of New York* (1968-1975) e na *New School for Social Research*, ambas na cidade de Nova Iorque (1975–80). Faleceu, nessa cidade, em 19 de julho de 1980, aos 76 anos (GRIFFITHS; ROACH; SOLOMON, 2009).

Em 1943, Morgenthau tornou-se um dos mais respeitados cientistas políticos norte-americanos com a publicação de sua obra magna, *Politics among Nations: the Struggle for Power and Peace* (1948), que orientou as pesquisas e o debate político nos EUA e na Europa durante a Guerra Fria (1947-1991). Nesta obra, estabeleceu os seis princípios do realismo político, buscando compreender a política internacional que, segundo o autor, é a luta pelo

poder⁴ e as relações políticas, da mesma forma que as sociedades em geral são dirigidas por leis objetivas oriundas da natureza humana, percebidas como conflitivas em sua essência (PECEQUILO, 2004). Na Política Internacional, os responsáveis destas relações são os Estados-Nação independentes e autônomos, que atuam no sistema buscando conservar, aumentar ou demonstrar o seu poder:

A esses três padrões típicos de política correspondem três políticas internacionais típicas. Uma nação cuja política externa propende mais a conservar o poder do que a modificar a distribuição do mesmo em seu favor persegue uma política do *status quo*. Uma nação cuja política exterior se destina a fazê-la adquirir mais poder do que tem, mediante uma mudança nas relações de poder existentes - isto é, cuja política externa, em outras palavras, busca uma alteração favorável a ela na situação do poder - obedece a uma política de imperialismo. Finalmente, uma nação cuja política exterior visa a demonstrar o poder que tem, quer para o propósito de mantê-lo, quer para aumentá-lo ainda mais, professa uma política de prestígio. (MORGENTHAU, 2003, p.88).

Para Morgenthau, o Poder Nacional era a capacidade de um Estado de controlar outros Estados ou grupos de Estados, seja por meio da cooperação ou da confrontação, e é resultante da composição de 9 elementos: Geografia, Recursos Naturais, Grau de Preparação Militar, Capacidade Industrial, População, Índole Nacional, Moral Nacional, Qualidade da Diplomacia e Qualidade do Governo. Vale ressaltar que o autor ainda classifica tais elementos em relativamente estáveis e os que estão sujeitos a mudanças constantes (MORGENTHAU, 2003).

A Geografia é descrita como o fator mais estável e permanente, pois influencia o ambiente em que o Estado está inserido e as relações com outros Estados. Apesar do desenvolvimento tecnológico das comunicações, transportes e armamento ter reduzido a importância do elemento em questão, continua sendo significativa e deve ser levada em consideração nas análises políticas confeccionadas pelos demais Estados (MORGENTHAU, 2003).

A localização geográfica de um Estado influencia a segurança nacional, pois pode afetar sua capacidade de se defender contra ameaças externas ou projetar poder em outras regiões. Por exemplo, um Estado que é protegido naturalmente por costas marítimas possui mais segurança às investidas externas do que aquele que possui fronteiras terrestres com outros Estados.

⁴ Segundo Morgenthau (2003, p.199), “pela palavra ‘poder’ designamos a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens, fenômeno esse que pode ser encontrado sempre que seres humanos vivem em contato social um com os outros.”

O segundo elemento a ser analisado são os Recursos Naturais. Considerados como relativamente estáveis e relevantes sobre o Poder Nacional, são divididos em alimentos e matérias-primas. Os países que são autossuficientes possuem vantagem sobre aqueles que não são, pois, em caso de conflitos e interrupção das linhas de comunicação, a própria existência dos últimos fica ameaçada, enquanto os primeiros podem dedicar sua atenção a outras políticas (MORGENTHAU, 2003).

Percebe-se que os dois elementos supracitados estão relacionados entre si, uma vez que a localização de um país pode determinar a disponibilidade de recursos, o que afeta sua capacidade de exercer poder e alcançar objetivos nacionais.

O terceiro elemento, Grau de Preparação Militar, é aquele que, combinado com os elementos anteriores, poderá determinar o poder de uma nação e apoiar a implementação de políticas externas que sejam de interesse da Nação (MORGENTHAU, 2003).

A Capacidade Industrial, que representa o potencial de um Estado em transformar e agregar valor a seus recursos naturais; a População, responsável pelo desenvolvimento do poder nacional a partir dos demais elementos; a Índole Nacional é a capacidade do povo agir em interesse nacional; a Moral Nacional representa a determinação com que uma nação apoia as políticas externas de seu governo, quer seja na paz ou na guerra; a Qualidade da Diplomacia, que representa a capacidade de reunir os diferentes elementos do Poder Nacional e apresentá-los, em tempo de paz, potencializados, a fim de atingir os interesses nacionais no cenário internacional; e a Qualidade do Governo, que deve determinar os limites da política externa de acordo com o Poder Nacional disponível, buscar equilíbrio entre os recursos e apoio do povo à política externa (MORGENTHAU, 2003).

Uma vez apresentados todos os elementos, faz-se necessário ressaltar que serão considerados neste trabalho somente os três primeiros para efeitos de análise das ações neozelandesas no continente antártico, que serão descritas nos próximos capítulos.

Isto posto, pode-se dizer que a percepção do Poder Nacional pode ser alterada em função da relevância internacional adquirida por determinado recurso natural, bem como em razão do desenvolvimento tecnológico adquirido por um Estado e sua capacidade de explorar tal recurso. Já os investimentos em materiais bélicos e adestramento de tropas militares traduzem claramente uma ação consciente de manutenção ou incremento do poder da nação.

Na próxima seção, serão apresentadas características gerais e um resumo histórico do continente antártico.

2.2 A Antártica

Composta por todas as terras ao sul do paralelo de 60°S e cercada pelo Oceano Antártico, a Antártica é o continente mais austral da Terra e possui cerca de 14 milhões de quilômetros quadrados, o que representa 1,6 vezes a área do Brasil e cerca de 10% da superfície da terra, 70% da água doce e 90% de todo gelo do planeta. É considerada a região mais fria, alta, seca, ventosa e inóspita do planeta, com temperaturas que chegam a atingir 89,2 graus Celsius negativos, com precipitação média de apenas 200 mm por ano e ventos de até 248,4 Km/h. Está ainda rodeada por uma camada de mar congelado, cuja superfície varia de 2,7 milhões de quilômetros quadrados, no verão, a 22 milhões de quilômetros quadrados, no inverno. O coração da Antártica é composto por um grande planalto de gelo, que apresenta altitudes que variam entre 1.500 e 4.000 metros acima do nível do mar. Tais características fazem desse continente um verdadeiro deserto e, por essa razão, também é conhecido como “Continente Gelado” (ANTARCTICA..., 2001; SECIRM, [2023?]).

Apesar de não possuir população nativa, a região é conhecida por sua rica biodiversidade, com muitas espécies adaptadas ao clima extremo, incluindo pinguins, focas, baleias, aves marinhas e o *krill* antártico. Já a flora é extremamente escassa, sendo constituída de alguns musgos e líquens (SECIRM, [2023?]).

Com relação às reservas minerais, há indícios que sugerem a existência de carvão, minério de ferro, cromo, petróleo e gás. Diferente do que ocorre em outros locais no planeta, onde o fluxo de água concentra minerais em determinado lugar, na Antártica isso não ocorre, uma vez que o continente está congelado há milhões de anos. Diante disso, infere-se que existam minerais na mesma quantidade que nos outros pontos da crosta terrestre, mas que estejam espalhados em uma fina camada pelo continente (ANTARCTICA..., 2001; SECIRM, [2023?]). Apesar da exploração mineral não ser considerada hoje, em razão do Protocolo de Madri (1991) e de dificuldades exploratórias decorrentes da espessura do gelo e inviabilidade econômica, nada se pode prever em relação aos interesses dos grandes atores globais em um futuro próximo.

Em razão de ter sido o último continente descoberto, também é chamado de “Sexto Continente” e é estudado por cientistas de todo o mundo, especialmente em áreas como a climatologia, biologia, geologia e oceanografia, que buscam informações valiosas sobre a história do planeta e seu futuro. O Continente Gelado é considerado o principal regulador térmico do Planeta e responsável por controlar as circulações atmosféricas e oceânicas e influenciar o clima e as condições de vida na Terra (ANTARCTICA..., 2021; SECIRM, [2023?]).

A Antártica é hoje gerenciada pelo Tratado da Antártica (1959), um acordo internacional que visa preservar a região como um local de pesquisa científica e proteger o meio ambiente antártico.

2.2.1 Primeiros exploradores

Antigos filósofos gregos tomaram conhecimento sobre o Ártico por meio de descrições e histórias de viagens de navegação e eles o chamavam de *Arktos*, "o urso", em homenagem à constelação do Urso Maior. Após provarem que o mundo era uma esfera, inferiram que deveria haver algo no polo oposto ao Ártico para contrabalançar as massas continentais do Hemisfério Norte. A esta provável massa de terra, chamaram de *Ant-Arktos*, "oposto ao urso". O continente da Antártica, portanto, apareceu nos mapas do mundo por centenas de anos antes de alguém avistá-lo (ANTARCTICA..., 2001).

A representação cartográfica mais antiga da Antártica como um continente é a produzida pelo cartógrafo francês Oronce Finé (1494-1555), em 1531, onde o Continente Gelado é chamado de Terra Australis. Após Finé, o belga Gerardo Mercator (1512-1594), confecciona uma carta com o sexto continente, mesmo sem haver qualquer registro que algum explorador o tivesse encontrado (MATTOS, 2015).

No final do século XVIII e início do XIX, os navegadores se aventuravam cada vez mais ao sul ao contornar o Cabo Horn. Tinham ciência que ir mais ao sul significava ventos mais fortes e maior velocidade, embora com grande risco de atingir gelo flutuante, o que poderia ser fatal para o navio e a tripulação. Em 1773, durante sua segunda viagem de circum-navegação, o Capitão James Cook foi o primeiro a cruzar o Círculo Polar Antártico. Em 1774, na região do Mar de Ross, atingiu 71° 10'S e viu depósitos de rochas em *icebergs*, indicando que existia uma terra mais ao sul (ANTARCTICA..., 2001).

Mas foi somente em 28 de janeiro de 1820, quase 50 anos após o feito de Cook, que o continente antártico foi avistado pela primeira vez por dois navios russos, o Vostok e o Mirnyi, sob o comando do capitão Fabien (Thaddeus) Gottleib von Bellingshausen, durante uma expedição exploratória a mando do Império Russo. Durante muitos anos, houve divergência sobre quem teria sido o primeiro a avistar o Continente Gelado, haja vista que havia certo orgulho nacional pelo feito. Britânicos e irlandeses afirmavam que o irlandês Edward Bransfield, em uma expedição britânica com o navio Williams, foi o primeiro; já os americanos alegavam que foi Nathaniel Palmer. Somente em anos recentes, a análise mais detalhada e uma melhor compreensão dos registros mostram que Bellingshausen viu o continente antes de qualquer outra pessoa (ANTARCTICA..., 2001).

Já o primeiro desembarque no sexto continente é reconhecido e aceito por todos os historiadores como tendo ocorrido em 24 de janeiro de 1895, no Cabo Adare, durante a viagem baleeira do navio Antarctic, liderado por Henryk Bull. Apesar de existirem reivindicações do capitão britânico-americano John Davis, como tendo sido o primeiro a desembarcar em *Hughes Bay*, na Península Antártica, em 7 de fevereiro de 1821, para procurar focas, esta alegação não pode ser confirmada (ANTARCTICA..., 2001).

2.2.2 Ano Geofísico Internacional, SCAR e Tratado da Antártica

O AGI foi uma conquista extraordinária em meio à Guerra Fria, quando milhares de cientistas de 65 países realizaram um esforço conjunto para a expansão do conhecimento sobre a terra e o espaço sideral. O AGI abrangeu pesquisas em 11 campos da geofísica, dentre as quais destaca-se: geomagnetismo, glaciologia, gravidade, física ionosférica, meteorologia, oceanografia, sismologia e atividade solar (DODDS; GAN; HOWKINS, 2010; IGY, 2023).

A ideia de promover o evento surgiu em 1950, quando um grupo de geofísicos, liderados pelo cientista americano Lloyd V. Berkner, propôs a realização do Terceiro Ano Polar Internacional (BULKELEY, 2010; IGY, 2023).

Dentre as reuniões preparatórias para o evento, destaca-se a ocorrida em julho de 1955, em Paris, quando foram tratados assuntos específicos do continente antártico e estabeleceu-se um plano de localização das estações que conduziriam pesquisas. Ressalta-se que, na ocasião, soviéticos concordaram em estabelecer uma estação antártica no Polo da

Inacessibilidade e no Polo Sul Magnético, enquanto os americanos no Polo Sul geográfico. Também foi assegurado que a liberdade para a condução de pesquisas científicas e as pretensões territoriais dos Estados não seriam alteradas.

Após outras três reuniões, a comunidade científica escolheu o período entre julho de 1957 e dezembro de 1958 para a realização do Terceiro Ano Polar Internacional, pois haveria atividade solar máxima, o que contrastava com as características obtidas no Segundo Ano Polar Internacional (1932-33), quando a atividade solar foi mínima (DODDS; GAN; HOWKINS, 2010).

Uma vez que as propostas de estudos a serem conduzidas nos polos foram ampliadas para diversas outras partes do globo e o órgão controlador das organizações científicas internacionais – o Conselho Internacional de Uniões Científicas – sancionou a ampliação do estudo, aquele encontro, que seria o Terceiro Ano Polar Internacional, foi renomeado para AGI (IGY, 2023).

Dentre os feitos mais significativos ocorridos durante o AGI, destaca-se a verificação da existência de um sistema contínuo de cordilheiras mesoceânicas submarinas que circundavam o globo, a descoberta dos cinturões de radiação de Van Allen, o lançamento dos primeiros satélites artificiais da Terra, o Sputnik 1 e o Explorer 1, e a criação do *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR) (IGY, 2023; MATTOS, 2015).

O SCAR, cuja primeira reunião ocorreu de 3 a 6 de fevereiro de 1958 em Haia, na Holanda, foi um comitê científico internacional criado para coordenar a pesquisa antártica e promover a cooperação entre os países que realizavam pesquisas na região (MATTOS, 2015).

Em razão das disputas entre os países que reivindicavam territórios na Antártica e temendo a internacionalização do continente gelado, os EUA convidaram 11 países que já haviam conduzido pesquisas na região, dentre eles a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), para se reunirem em Washington, DC. Em 1º de Dezembro de 1959, assinou-se o Tratado da Antártica estabelecendo aquela região como uma reserva natural protegida do desenvolvimento econômico e industrial, um local destinado à paz, pesquisa científica, cooperação internacional e proibindo a realização de testes nucleares e a eliminação de lixo nuclear no continente (MATTOS, 2015).

A área de jurisdição do Tratado da Antártica é a situada ao sul do paralelo de 60°S e, atualmente, possui 56 membros: 29 países consultivos e 27 países não-consultivos. Os países consultivos são aqueles que participam ativamente da gestão e da tomada de decisões sobre

a Antártica, sendo eles: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Bulgária, Chile, China, Coreia do Sul, Equador, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Índia, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Polônia, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suécia, Ucrânia e Uruguai (SAT, 2023).

A Reunião dos Membros Consultivos do Tratado da Antártica (ATCM, em sua sigla em inglês) é realizada anualmente, onde os representantes deliberam sobre o estabelecimento de normas para as atividades na Antártica. Temas como cooperação científica, proteção ambiental e assuntos operacionais são discutidos e as decisões tomadas por consenso. Tal processo fez com que o Tratado da Antártica evoluísse para um sistema com vários componentes que administra as atividades na Antártica e protege interesses nacionais. Conhecido como “Sistema do Tratado da Antártica” (ATS, em sua sigla em inglês), envolve acordos, recomendações, medidas, decisões e resoluções consensualmente formuladas nessas reuniões (SECIRM, 2016).

Tendo apresentado os fundamentos teóricos que serão utilizados nas análises posteriores, bem como fornecido elementos históricos e situacionais da região de interesse, iniciaremos no próximo capítulo a análise do objeto de estudo deste trabalho.

3 NOVA ZELÂNDIA E O INTERESSE ANTÁRTICO

A estreita associação da Nova Zelândia com a Antártica começou há mais de 100 anos, quando exploradores e cientistas deixaram os portos neozelandeses para descobrir o continente gelado e chegar ao Polo. No entanto, foram constatadas ligações geológicas entre esses locais, remetidas à terra de Gondwana⁵, através do relacionamento de árvores fossilizadas encontradas na Antártica com florestas neozelandesas (BRADY, 2013).

Ainda hoje, a Nova Zelândia é um dos locais mais próximos e convenientes para lançar uma expedição ao interior da Antártica. Ao contrário da maioria das outras nações, os pesquisadores neozelandeses precisam apenas embarcar em um avião para visitar o continente e podem fazer estadias curtas e frequentes, sem necessidade de estadia por uma temporada em sua integralidade.

Neste capítulo serão realizadas uma breve exposição sobre a Nova Zelândia e a análise sobre a evolução de seus interesses pelo continente antártico, a partir do início do século XX.

3.1 Nova Zelândia

A Nova Zelândia é formada por um conjunto de ilhas que juntas possuem cerca de 1.600 km de comprimento e 450 km de largura em seu ponto mais largo. O país tem uma área de superfície um pouco menor do que o Estado do Tocantins e cerca de dois terços da terra são economicamente úteis, sendo o restante montanhoso. Seus vizinhos mais próximos são a Austrália, seguida da Antártica. Como afirmado por Morgenthau, a geografia é o elemento do Poder Nacional mais estável e faz o sexto continente ser parte do entorno estratégico neozelandês.

Quanto à história, estudos dão conta que os polinésios chegaram à Nova Zelândia no final dos anos 1200 e deram início a assentamentos generalizados a partir de 1300. Eles chamaram a terra de “Aotearoa”, em referência ao nome da canoa utilizada para navegação até a nova terra; o nome “Aotearoa” tem sido usado generalizadamente como o nome

⁵ Em uma das teorias evolucionistas, Gondwana é a parte sul do supercontinente chamado Pangéia. Gondwana incorporava a atual América do Sul, África, Arábia, Madagascar, Índia, Austrália, Nova Zelândia e Antártica (GONDWANA, 2023).

maori⁶ para o país (CIA, 2023). Em razão do contexto temporal de nosso estudo abarcar relações da Nova Zelândia com o Reino Unido, faz-se mister citar, brevemente, os pontos julgados necessários para compreender os laços estabelecidos entre as duas nações.

De acordo com o *site World Fact Book*, em 1769, o capitão britânico James Cook, em sua primeira viagem de circum-navegação, deu início à colonização europeia da Nova Zelândia, seguido por baleeiros, caçadores de focas e comerciantes. Em 1841, o Reino Unido declarou a Nova Zelândia uma colônia separada e, em 1852, concedeu-lhe autogoverno limitado. Em 1907, Nova Zelândia tornou-se um domínio dentro do Império Britânico e, somente em 1947 com o Tratado de Westminster, recebeu o direito de legislar independentemente e fazer parte da *Commonwealth*⁷.

A Nova Zelândia é considerada um país desenvolvido e, em 2022, seu PIB foi de quase 250 bilhões de dólares, enquanto seu PIB *per capita* foi de pouco mais de 42 mil dólares. Suas exportações são basicamente de produtos do setor primário e suas importações são de máquinas, veículos, combustíveis e óleos minerais (NEW..., 2022).

Em 2021, 1,3% do PIB foi destinado para as Forças de Defesa Neozelandesas, compostas por Marinha, Exército e Aeronáutica, cujo efetivo agrega cerca de 15 mil pessoas, dentre militares, reservistas e civis. A Marinha tem uma pequena força de fragatas, navios-patrolha e, desde 2020, conta com o HMSNZ “Aotearoa”⁸, um navio-tanque polar moderno, capaz de prover apoio logístico às estações antárticas Scott, única estação neozelandesa, e McMurdo, maior estação do mundo e pertencente aos EUA. O exército é pequeno e profissional, com considerável experiência no exterior; as principais unidades de combate são uma brigada de infantaria e um regimento de forças especiais. Já a Força Aérea da Nova Zelândia (RNZAF, em sua sigla em inglês) tem esquadrões de patrulha marítima, antissubmarino, apoio logístico e de combate. Vale a pena ressaltar que a RNZAF, desde 2003, dispõe de 2 aeronaves Boeing 757⁹, que realizam o transporte aéreo estratégico de pessoal e equipamentos pelo mundo e para a Antártica, e, desde o final de 2022, de uma aeronave Boeing P-8A Poseidon¹⁰ capaz de realizar a vigilância da Zona Econômica Exclusiva,

⁶ O termo maori pode ser utilizado para se referir ao povo nativo ou língua da Nova Zelândia.

⁷ Uma associação livre de estados soberanos que compreende o Reino Unido e várias de suas antigas dependências que optaram por manter laços de amizade e cooperação prática e que reconhecem o monarca britânico como chefe simbólico de sua associação. (COMMONWEALTH..., 2003).

⁸ Ver FIG. 2, ANEXO B.

⁹ Ver FIG. 3, ANEXO C.

¹⁰ Ver FIG. 4, ANEXO D.

o Pacífico Sul e o Oceano Antártico, incluindo a Dependência Ross (NEW ZEALAND, [2023?]; UNITED STATES, 2023).

A Nova Zelândia faz parte de dois acordos de segurança, o ANZUS¹¹ e o FPDA¹², e tem o status de Principal Aliado não Pertencente à Organização do Tratado do Atlântico Norte¹³ (OTAN) com os EUA, uma designação sob a lei norte-americana que fornece aos parceiros estrangeiros certos benefícios nas áreas de comércio de defesa e cooperação em segurança (UNITED STATES, 2023).

Desta forma, percebe-se que, apesar de contar com um pequeno efetivo de militares e meios, a Nova Zelândia faz questão de possuir equipamentos modernos que sejam capazes de realizar a vigilância de seu entorno estratégico e missões de interesse nacional. Quando comparada às Forças Armadas de outros Estados, as Forças de Defesa da Nova Zelândia não ocupam lugar de destaque. No entanto, as alianças e acordos firmados com nações proeminentes militarmente têm o objetivo de incrementar o Grau de Preparação Militar neozelandês.

Como mencionado no primeiro capítulo, a Nova Zelândia é um dos sete países territorialistas da Antártica e a área reivindicada, conhecida como Dependência Ross, está localizada entre as longitudes 160 graus leste e 150 graus oeste e entre o Polo Sul e a latitude 60 graus sul, possui 450.000 quilômetros quadrados e é maior do que a área das três principais ilhas que constituem o país. O traçado dos limites das áreas reivindicadas baseou-se na teoria dos “setores”, semelhante à adotada no Ártico, pelo Canadá, e, até certo ponto, semelhante à forma como algumas das fronteiras da África foram traçadas pelas potências coloniais no passado. A maior parte da área consiste em gelo e, quando foi realizada a requisição, havia pouca consciência da geografia real do local (BRADY, 2013).

A Dependência Ross fica a cerca de 2.500 quilômetros da principal ilha da Nova Zelândia e, apesar de ser a segunda menor reivindicação de todos os estados reclamantes da Antártica, maior apenas que a francesa, possui um dos pontos de acesso mais convenientes

¹¹ *Australia, New Zealand and United States (ANZUS)* é uma aliança militar defensiva no Pacífico Sul criada em 1951 e composta por Austrália, Nova Zelândia e EUA. (ANZUS, 2022).

¹² *Five Powers Defense Arrangements (FPDA)* são uma série de acordos de assistência mútua assinados em 1971 e que abrangem Austrália, Malásia, Nova Zelândia, Cingapura e Reino Unido. A FPDA compromete os membros a consultarem-se em caso de ameaça de ataque armado a qualquer um dos membros e a decidirem quais medidas devem ser tomadas, em conjunto ou separadamente; não há nenhuma obrigação específica de intervir militarmente. (UNITED STATES, 2023).

¹³ A OTAN é uma aliança militar estabelecida pelo Tratado de Washington, de 4 de abril de 1949, e que buscava se contrapor aos exércitos soviéticos. (HAGLUND, 2023).

para o continente gelado. Por esta razão muitos exploradores antárticos lançaram de lá suas expedições e os EUA estabeleceram a maior estação do continente em Ross.

Na próxima seção será analisada a evolução dos pensamentos e interesses neozelandeses pelo continente antártico.

3.2 Evolução dos interesses neozelandeses na Antártica a partir do século XX

No início do século XX, duas cidades localizadas na ilha sul da Nova Zelândia, Christchurch e Dunedin, estabeleceram-se como pontos de parada para as expedições britânicas ao continente polar. Apesar de o governo neozelandês ter oferecido apoio financeiro às expedições antárticas britânicas, a Nova Zelândia não era um participante ativo na Antártica (DODDS, 1997).

Em 1923, a competição pelos direitos de caça às baleias com a Noruega levou o Reino Unido a reivindicar a Dependência Ross, declarando que a região seria colônia britânica administrada pelo governador-geral da Nova Zelândia (BRADY, 2013; DODDS, 1997).

Apesar de a política externa da Nova Zelândia durante o período entre guerras ter sido moldada principalmente pelas demandas do Reino Unido, em razão da rivalidade anglo-norueguesa sobre possíveis reivindicações ao continente antártico e ilhas vizinhas, a visão geopolítica neozelandesa contrastava com a britânica de controle continental. Enquanto os últimos sugeriam a extensão da Dependência Ross para o leste, os primeiros se opunham ao avanço territorial e se esforçavam por desenvolver uma estratégia de regulação e gestão dos recursos vivos, além de mútua cooperação entre os Estados. Durante a Conferência Imperial de 1926, a implementação de um sistema de operadores licenciados e um conjunto de regulamentos baleeiros para o Mar de Ross foram soluções administrativas adotadas pela Nova Zelândia que encerraram com os questionamentos de outras nações quanto à jurisdição marítima neozelandesa para controle da caça indiscriminada de baleias na região (DODDS, 1997).

Como domínio britânico e sem capacidade de legislar independentemente, as preocupações neozelandesas eram legítimas com relação à preservação de recursos para atender às necessidades imediatas de seu povo, mas não correspondiam à visão imperialista britânica.

O interesse do Reino Unido em conhecer, explorar e anexar os territórios antárticos resultou no lançamento de uma expedição conjunta com seus domínios, que ficou conhecida como *British Australian New Zealand Antarctic Research Expedition*¹⁴ (AUSTRALIA, 2022). Apesar de ser uma expedição de pesquisa, envolveu mais interesses geopolíticos, pois buscava subsídios para as reivindicações territoriais australianas. Como a participação da Nova Zelândia na expedição foi mínima, em 1933, foi criada a *New Zealand Antarctic Society*. Esta organização privada tinha três objetivos principais: promover o interesse pela Antártica; incentivar a passagem de expedições antárticas pela Nova Zelândia; e incentivar a criação de um programa de pesquisa para a região (DODDS, 1997).

A criação formal do Território Antártico Australiano (AAT, em sua sigla em inglês), em 1933, abrangeu efetivamente todo o continente entre a Dependência Ross e 45 graus de longitude leste, englobando áreas de interesse norueguês. A reivindicação britânica ao *Falkland Islands Dependency* (FID) também estava sendo contestada pela Argentina e pelo Chile, que tinham um interesse ativo na região. Com as crescentes tensões advindas das reivindicações territoriais antárticas, o governo neozelandês preferiu manter-se como observador e se contentou em oferecer assistência às expedições norte-americanas. Os britânicos concordaram, mesmo temendo que os EUA frustrassem os interesses territorialistas neozelandeses, haja vista o desenvolvimento contínuo da política antártica norte-americana e a exploração de *Marie Byrd Land*, área contígua à Dependência Ross (DODDS, 1997).

A falta de apetite governamental neozelandês em expandir o conhecimento sobre o continente antártico estava em descompasso com outras nações, o que fez com que organizações privadas fossem criadas com o objetivo de despertar o interesse popular antártico e causar pressão nos governos, a fim de que os direitos neozelandeses fossem preservados.

O início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) afetou a política internacional da Antártica e o envolvimento da Nova Zelândia no Oceano Antártico. Enquanto a maioria dos Estados reclamantes e os Estados Unidos estavam preocupados com a guerra na Europa e no Extremo Oriente, a política territorial da região foi complicada pelas reivindicações polares

¹⁴ A BANZARE foi uma expedição de pesquisa antártica realizada entre 1929 e 1931, com duas viagens durante o verão austral. Envolveu mais interesses geopolíticos do que científicos e nela foram definidos os limites do que se tornaria o AAT (AUSTRALIA, 2022).

formais da Argentina e do Chile. Além disso, navios alemães, que foram altamente eficazes no afundamento de navios aliados, minagem de portos e captura de parte da frota baleeira da Noruega, utilizaram a ilha subantártica de Kerguelen como um importante ponto de reabastecimento. Em resposta aos temores de que as ilhas de Auckland e Campbell estivessem sendo usadas pelas forças alemãs, em 1941, a Nova Zelândia criou nelas postos de observação (DODDS, 1997).

Percebe-se que a presença nazista no Oceano Austral despertou o senso de responsabilidade neozelandês pelo seu entorno estratégico, levando-o a expandir sua presença na região e aumentar o controle das rotas marítimas vitais a seu Estado.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo neozelandês reavaliou os interesses nacionais no continente gelado e mecanismos para a administração efetiva da Dependência Ross foram considerados. Chegou-se a cogitar inicialmente que os governos da *Commonwealth* poderiam, para fortalecer suas reivindicações, estabelecer pelo menos uma estação permanente nos setores requeridos. No entanto, após considerável discussão nos círculos governamentais neozelandeses concluiu-se, em maio de 1947, que uma pequena expedição poderia ser economicamente justificável em vez de um programa maior de expedições e construções de estações (DODDS, 1997).

Ainda segundo Klaus Dodds (1997), foi na administração de Peter Fraser¹⁵ (1884 – 1950) que surgiu o interesse governamental neozelandês em se conhecer a Antártica e, em razão da intensificação das disputas territoriais envolvendo Reino Unido, Chile e Argentina, considerou-se que a solução para o impasse fosse construída pelas Nações Unidas.

O mesmo autor afirma que, em 1953, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia formalizaram a proposta da realização da *Trans Antarctic Expedition* (TAE) que, alegando pretensões científicas, foi realizada para promover reivindicações territoriais da *Commonwealth*. O valor político da expedição se dava em razão da rota planejada cruzar os territórios da FID, o AAT e a Dependência Ross. Ao considerar os interesses da Nova Zelândia, o governo de Winston Churchill (1874-1965) propôs que a TAE fornecesse subsídios para a criação de uma estação na ilha de Ross, protegendo ainda mais as reivindicações territoriais da *Commonwealth*.

¹⁵ Peter Fraser foi Primeiro-Ministro da Nova Zelândia de 27 de março de 1940 a 13 de dezembro de 1949 (PETER..., 2021).

Apesar do surgimento tardio do interesse governamental neozelandês pelo continente antártico, os elevados custos logísticos para a realização de expedições independentes ou mesmo a construção e manutenção de estações antárticas foram entraves que restringiram o desenvolvimento do conhecimento polar no país.

Em junho de 1955, os EUA anunciaram que pretendiam criar uma estação em McMurdo Sound, dentro da Dependência Ross. Com os protestos do governo de Wellington e solicitação que Washington reconhecesse as responsabilidades administrativas do primeiro na região, o último propôs a construção de uma estação conjunta em McMurdo Sound, o que foi aceito pela Nova Zelândia e marcou o início de um relacionamento, ainda existente, de apoio logístico norte-americano para as atividades neozelandesas na Dependência Ross (DODDS, 1997).

Ainda, segundo Klaus Doods (1997), como consequência da participação neozelandesa na TAE, em 20 de janeiro de 1957, a estação Scott foi inaugurada para dar apoio a cientistas que participavam do Ano Geofísico Internacional (AGI), ocorrido de julho de 1957 a dezembro de 1958. A localização, a apenas três quilômetros da estação norte-americana (McMURDO, 2021), foi significativa para o desenvolvimento do NZAP.

Desta forma, o ímpeto para o crescente envolvimento neozelandês na Antártica na década de 1950 foi a pressão política internacional dos estados da *Commonwealth*, juntamente com as campanhas domésticas da *New Zealand Antarctic Society*. A construção da Estação Scott e o apoio logístico norte-americano são marcos significativos e fundamentais para o desenvolvimento do NZAP.

Klaus Dodds cita em seu livro:

A França e a URSS forneceram apoio a suas estações na Antártica sem postos de parada. Foi estimado há dez anos [ou seja, 1962] que o custo de uma estação antártica durante um ano seria de até trezentos milhões de dólares. Isso é claramente além dos recursos da Nova Zelândia e, por esta razão, a estação Scott foi construída a duas milhas de McMurdo. (DODDS, 1997).

O convite dos Estados Unidos da América, em maio de 1958, para uma conferência entre partes interessadas na Antártica foi recebido com entusiasmo pelo governo da Nova Zelândia, pois acreditava-se que o encontro poderia levar a um acordo de cooperação internacional em outras áreas mais controversas. Apesar de duras críticas da *New Zealand Antarctic Society*, preocupada com que os direitos neozelandeses fossem comprometidos

antes que um regime legal fosse criado, o Primeiro-Ministro Walter Nash¹⁶ (1882-1968) concordou em criar uma estrutura administrativa para gerenciar os assuntos antárticos neozelandeses (DODDS, 1997).

O mesmo autor afirma que na abertura da Conferência de Washington, ocorrida em 15 de outubro de 1959, o representante neozelandês afirmou que seu país não tinha dúvidas sobre a validade de seu título sobre a Dependência Ross e que estavam dispostos a considerar a renúncia de tais direitos e reivindicações nacionais na Antártica, caso houvesse uma ação internacional que garantisse o uso do continente gelado para o bem-estar de todas as nações (DODDS, 1997).

Em um primeiro momento, pode-se pensar que foi criado um paradoxo entre as declarações interna e a realizada em Washington D.C., mas não há. O representante neozelandês condiciona a renúncia dos interesses e reivindicações de seu país a um acordo internacional para o bem-estar de todas as nações. Ele sabia que a reunião era para conduzir os rumos que seriam adotados no continente e que, por ocorrer durante a Guerra Fria e ter os EUA e a ex-URSS sentados à mesa, nenhuma daquelas nações estaria disposta a renunciar a suas reivindicações.

Segundo Klaus Dodds (1997), em razão de ameaças de um confronto nuclear, África do Sul, Argentina, Chile e Nova Zelândia pressionaram os EUA a aceitar que testes nucleares eram inaceitáveis no continente ou em alto mar. Os Artigos IV e V do Tratado da Antártica, relativos a reivindicações nacionais e testes nucleares, foram bem recebidos pelo governo neozelandês, pois garantiam que uma região geograficamente próxima estaria completamente desmilitarizada.

A partir de meados da década de 1950, há uma alteração na postura governamental neozelandesa com relação ao continente gelado; até aquele momento tinha sido de indiferença e, a partir dele, será ativa. A construção da Estação Scott é um marco no desenvolvimento do NZAP e na percepção da quantidade de riquezas minerais e recursos presentes naquela região, que ficava apenas alguns milhares de quilômetros ao sul.

Segundo Dodds (1997), foi a delegação neozelandesa que, na ATCM de 1970, pela primeira vez tocou na questão do gerenciamento de recursos na Antártica. Tentou-se pressionar por uma decisão sobre se a exploração seria permitida no futuro ou banida

¹⁶ Walter Nash foi Primeiro-Ministro da Nova Zelândia de 12 de dezembro de 1957 até 12 de dezembro de 1960. (WALTER, 2017).

permanentemente, independentemente se navios de pesquisa detectassem vestígios de hidrocarbonetos no Mar de Ross. Outras nações do hemisfério sul, como Austrália e Argentina, eram hostis ao desenvolvimento do assunto, pois temiam que a soberania e direitos econômicos sobre os territórios reclamados pudessem ser comprometidos no processo de regulamentação dos recursos.

O mesmo autor afirma que, na ATCM de Oslo, ocorrida em 1975, o governo da Nova Zelândia propôs que a Antártica fosse declarada um "parque mundial", onde seria proibida a mineração, e mais uma vez a questão foi desconsiderada. No entanto, foi em uma reunião especial da SCAR, ocorrida em 1976 na cidade de Paris, que a comunidade antártica concordou com uma moratória de mineração até a criação de um novo regime de minerais. A Nova Zelândia sugeriu que certas áreas da região da Antártica ficassem fora dos limites para a exploração mineral, incluindo áreas de interesse científico e de recursos.

Ainda, segundo Dodds (1997), a Nova Zelândia foi um dos maiores defensores das discussões paralelas sobre uma convenção para recursos marinhos vivos que ocorreram no final dos anos 1970. A assinatura da Comissão para a Conservação de Recursos Marinhos Vivos Antárticos¹⁷ (CCAMLR, em sua sigla em inglês), ocorrida em maio de 1980 em Camberra, foi apoiada pelo governo de Wellington e, juntamente com a Noruega e o Reino Unido, a Nova Zelândia desejava o fortalecimento desse órgão e que fossem concedidos direitos para inspeção de capturas de pesca e observação de metas de exploração de recursos, pois temia a exploração irrestrita das grandes frotas pesqueiras da Coréia do Sul, Japão, Polônia e da então União Soviética.

Percebe-se que a Nova Zelândia foi um membro influente no ATS em termos de abordar a questão dos recursos vivos e não vivos. De certo modo, pode-se afirmar que seu posicionamento se mantém como o do passado: o de incentivar a preservação e regulamentação da exploração de recursos no seu entorno estratégico.

Na década de 1980, em razão da Nova Zelândia ter se envolvido em algumas formas de perfuração *offshore* na região do Mar de Ross, passou-se a considerar a questão da futura exploração comercial de recursos na Antártica e a necessidade da construção de um regime de exploração mineral ficou evidente. Na ATCM de 1979, a delegação neozelandesa considerava que qualquer regime internacional de recursos teria que ter um compromisso

¹⁷ A CCAMLR foi estabelecida pela convenção internacional de 1982 com o objetivo de conservar a vida marinha antártica (CCAMLR, 2022).

com: proteção ambiental, um órgão regulador acordado, diretrizes antipoluição, compartilhamento de receitas derivadas da mineração e um processo de solução de controvérsias (DODDS, 1997).

A construção de um regime de minerais foi iniciada na ATCM de 1981 devido a crescentes pressões dos membros da ATS a fim de encontrar uma solução para a regulamentação de exploração mineral, sendo que, na seção de abertura, o representante neozelandês enfatizou que qualquer regime de minerais para a Antártica deveria cumprir três objetivos principais: a proteção do ambiente antártico; a acomodação entre os Estados reclamantes e não reclamantes; e garantias de que qualquer novo regime também teria de garantir benefícios para a comunidade internacional mais ampla (ATCM, 1981).

Ser ativa na preservação e regulamentação não significa desinteresse neozelandês na exploração das riquezas que têm sido descobertas. De acordo com Morgenthau, os recursos naturais são elementos do Poder Nacional relativamente estáveis e, somente com o desenvolvimento de estudos, tem-se tomado conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos antárticos.

Segundo Klaus Dodds (1997), na década de 1980, o governo da Nova Zelândia começou a questionar acordos de defesa como o ANZUS e, pela primeira vez, recusou-se a tolerar armas nucleares em seu solo ou em "suas" águas. Em 1987, mesmo temendo a interrupção do apoio logístico norte-americano, cujos quebra-gelos passavam até duas semanas abrindo canais através do gelo para acesso às Estações McMurdo e Scott, a Nova Zelândia não permitiu a atracação de um navio de guerra norte-americano, que se recusou a fornecer informações quanto à existência de armas nucleares a bordo, e foi suspensa do ANZUS.

O mesmo autor afirma que a decisão de suspensão do ANZUS também coincidiu com: a criação de uma Zona Livre de Armas Nucleares no Pacífico Sul; à política do Movimento Nuclear Livre e Independente do Pacífico; e o aumento dos vínculos de defesa com os australianos no final dos anos 1980. Posteriormente, em 1986, na cúpula do Fórum do Pacífico, a delegação da Nova Zelândia propôs que uma Zona Livre Nuclear do Hemisfério Sul fosse criada ligando as zonas livres nucleares existentes do Atlântico Sul, Oceano Índico, Pacífico Sul e Antártica. Esta proposta pareceu particularmente comovente, dado que nesta reunião o governo das Ilhas Marshall observou uma proposta para transformar vários atóis

contaminados (67 explosões nucleares foram realizadas pelos EUA, entre 1946 e 1958) em depósitos de lixo nuclear.

Mesmo com a restrição de atracação de navios de guerra norte-americanos, os aviões militares dos EUA continuaram a visitar a Nova Zelândia. Então, os voos Christchurch-McMurdo operados pela Força Aérea dos EUA, Guarda Aérea Nacional dos EUA e Reserva da Força Aérea continuaram e não foram afetados pela controvérsia sobre a política antinuclear da Nova Zelândia (BRADY, 2013).

Apesar da possibilidade de interrupção de apoio logístico à Estação Scott, a Nova Zelândia tinha consciência de que os EUA não fariam isso, pois, se fizessem, significaria também um grande prejuízo para o Programa Antártico Norte-Americano, considerando a importância do apoio logístico a partir de Christchurch. As políticas adotadas pela Nova Zelândia demonstram que começaram a promover uma visão regional do mundo mais sensível às suas necessidades e não às de seus aliados do norte.

A Nova Zelândia foi ativa na tentativa da construção de um acordo para a questão de exploração mineral, chegando até a produzir rascunhos de um regime de exploração, mas havia muita discussão na conciliação do documento com os direitos territoriais. A adoção formal da *Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities*¹⁸ (CRAMRA), em junho de 1988, foi o produto de meses de negociações sobre os direitos legítimos dos *Antarctic Treaty Consultative Parties* (ATCP), com medidas para proteger o ambiente polar. No entanto, a decisão de países territorialistas, como Austrália e França, de não aderirem à convenção efetivamente encerrou a CRAMRA (DODDS, 1997; NEW ZEALAND, 1988).

O raciocínio da Nova Zelândia, ao longo dos anos da CRAMRA, foi consistente no sentido de reconhecer que a proteção ambiental da Antártica era prioridade, ao invés de demonstrar interesses sobre exploração mineral.

Diante de não haver consenso sobre a exploração mineral, a Nova Zelândia publicou em agosto de 1989 um Livro Branco sobre o Meio Ambiente Antártico¹⁹, onde propôs que a segurança contra ameaças militares deveria agora ser consolidada por meio de medidas destinadas a promover a segurança ambiental na região. O significado geopolítico deste

¹⁸ Adotado em 2 de junho de 1988, este instrumento foi substituído pelo Protocolo Ambiental do Tratado da Antártida. Embora tenha sido assinada por 19 Estados, não foi ratificada por nenhum (NEW ZEALAND, 1988).

¹⁹ Não houve a criação de outro documento similar após ele. Criado para servir de exemplo a outros Estados e levá-los a assinar a CRAMRA. Pode-se afirmar que o documento atingiu seu propósito por ocasião da assinatura do Protocolo de Madri (1991).

documento reside no reconhecimento de que a segurança ambiental para a Nova Zelândia só seria garantida se um regime de proteção integrado e obrigatório fosse negociado pelo ATS (ATCM 1989; DODDS, 1997).

A Nova Zelândia apoiou fortemente o Protocolo ao Tratado Antártico sobre Proteção ao Meio Ambiente, durante a ATCM de Madri, em junho de 1991, e suas delegações conseguiram modificar o texto proposto, especialmente no que diz respeito à moratória da mineração e à necessidade de negociar um novo regime jurídico. O Protocolo foi ratificado e internalizado pela Nova Zelândia em dezembro de 1994 (DODDS, 1997).

O Protocolo designa a Antártica como uma "reserva natural dedicada à paz e à ciência" e vincula seus signatários atuais e futuros à proteção total do meio ambiente antártico. Também proíbe categoricamente qualquer atividade relacionada a recursos minerais e só poderá ser modificado em 2048, desde que haja acordo unânime dos ATCP.

De acordo com Klaus Dodds (1997), ainda em 1991, criou-se em Christchurch – Nova Zelândia o *International Centre for Antarctic Information and Research* (ICAIR), que está comprometido com a coleta de informações científicas e ambientais sobre a Antártica e o Oceano Antártico. Sob a gestão da Nova Zelândia, Itália e Estados Unidos, o ICAIR pretende contribuir para o desenvolvimento de um maior número de avaliações ambientais na região da Antártica. Outra criação relevante do governo neozelandês foi a do *Antarctica New Zealand* (ANZ), agência responsável pela implementação do NZAP, administração ambiental da Dependência Ross, fornecimento e distribuição de informações sobre políticas e a conscientização pública da Antártica.

O fracasso da CRAMRA resultou em uma gradual compreensão de que a ação coletiva na Antártica não seria suficiente para proteger os interesses nacionais da Nova Zelândia e, por isso, o país adotou procedimentos e criou organismos governamentais para o desenvolvimento de um sentimento nacional pela preservação do Continente Gelado.

Em 2006, a Nova Zelândia solicitou à Comissão dos Limites da Plataforma Continental da ONU para assumir o controle de 1,7 milhões de quilômetros quadrados de fundo do mar na Plataforma Continental ao redor de seu território. A solicitação não incluía dados sobre a reivindicação da Dependência Ross, mas o governo neozelandês declarou que se reservava o direito de fazê-lo no futuro (BRADY, 2013).

Em 2010, os EUA e a Nova Zelândia assinaram a Declaração de Wellington, que reafirmou os laços estreitos entre os dois países, e, em 2012, a Declaração de Washington,

que forneceu uma estrutura para futuros diálogos de cooperação e defesa em segurança. Já em 2016, um navio da Marinha dos EUA realizou a primeira visita bilateral de um navio de guerra à Nova Zelândia desde a década de 1980 (UNITED STATES, 2023).

Através da leitura das Atas da ATCM entre os anos 2001 e 2022, foi percebido que a Nova Zelândia manteve participação ativa nos encontros, valorizando sempre a estrutura do ATS e incentivando a atividade científica compartilhada e a preservação ambiental. É notória também a constante preocupação com o desenvolvimento das atividades turísticas e pesqueiras e os impactos ambientais decorrentes. Por esse motivo, ao longo dos anos, a Nova Zelândia faz sugestões pontuais para o aprimoramento das normas regulamentadoras dessas atividades na região, além da constante revisão do Sistema de Áreas Protegidas e a exigência da apresentação de estudos sobre impacto ambiental para todos os projetos propostos. É notório também o respeito neozelandês às competências dos diferentes órgãos e dignas de destaque as tentativas realizadas para integração do CCAMLR ao ATCM.

Em 2021, durante a ATCM, a Nova Zelândia apresentou projetos de reforma da Estação Scott, bem como a substituição da rede de energia eólica de *Ross Island*. Foi alegado que as atividades propostas eram necessárias porque os edifícios, instalações e infraestruturas associadas, incluindo o parque eólico, tinham chegado ao fim de sua vida funcional e os riscos à segurança e ao meio ambiente tinham aumentado. As novas estruturas foram projetadas para durar 50 anos e as quatro novas turbinas eólicas para fornecer 98% dos requisitos de energia da nova estação.

3.3 Considerações parciais

Na primeira metade do século XX, enquanto ainda era um domínio britânico, a política externa neozelandesa foi tutelada pelos interesses do Reino Unido. No entanto, as visões geopolíticas diferiam em relação à expansão territorial antártica e a Nova Zelândia já apresentava preocupações e tentava controlar a preservação e conservação de recursos do oceano e continentes austrais.

Até 1958, não se percebe qualquer iniciativa própria da Nova Zelândia para explorar ou desenvolver conhecimento sobre o continente gelado, sendo todas as ações ou políticas adotadas motivadas por fatores externos. Diante disso, evidencia-se que: a política externa neozelandesa adotada era a do *status quo*, pois não tinha como objetivo alterar a

distribuição de poder em seu favor; que tal apatia ia na contramão mundial; e que foi justificada pelos altos valores envolvidos, tanto para o envio de expedições quanto para instalação de bases antárticas. Como consequência, entidades privadas foram criadas para desenvolver o interesse popular pelo continente gelado.

O interesse norte-americano em acessar o Polo Sul pela Dependência Ross e sua oferta da construção de uma estação conjunta foram determinantes para o desenvolvimento do NZAP e resultaram na construção de duas estações independentes, afastadas três quilômetros entre si: McMurdo e Estação Scott.

Apesar de a Nova Zelândia ter sido o único país que já sugeriu renunciar a seus direitos e reivindicações antárticos, isso não significa que ela não possua interesses em explorar os recursos lá disponíveis.

Como consequência do apoio logístico norte-americano à Estação Scott, foi possível que a Nova Zelândia desenvolvesse seu programa antártico e se posicionasse ativamente para preservação e conservação dos recursos antárticos. De outra forma, com os elevados custos envolvidos, não seria possível. A Nova Zelândia não dispõe de meios para defender sua reivindicação da Dependência Ross, por isso depende fortemente das estruturas do Tratado da Antártica e de outros regimes internacionais para continuar a fazê-lo. Ela demonstra que respeita os requisitos do Tratado da Antártica, ao mesmo tempo em que protege seus direitos de, no futuro, reivindicar os fundos marinhos antárticos ao redor da Dependência Ross.

A Nova Zelândia possui um interesse mais significativo do que a maioria das nações antárticas em garantir que o continente gelado continue pacífico e livre de conflitos militares, pois sendo a segunda nação mais próxima da Antártica, qualquer conflito provavelmente teria um efeito indireto em seu território. Em razão disso, durante o período de distensão da Guerra Fria, adotou políticas para garantir que seu entorno estratégico fique livre de armas nucleares, mesmo custando a suspensão de uma aliança militar de proteção com os EUA, o ANZUS. Tais atitudes fizeram a Nova Zelândia surgir como poder regional, de importância estratégica reconhecida e que, em relação aos interesses na Antártica, os EUA dependiam mais dela do que ela deles.

A Nova Zelândia sabe que não tem como disputar seus interesses na Antártica através de suas Forças de Defesa e que depende do Tratado da Antártica e das colaborações internacionais que dele resultaram para ajudar a preservar sua reivindicação à Dependência

Ross e promover seus interesses no continente austral. Como parte disso, faz esforços consideráveis para conquistar posições de liderança no ATS.

Atualmente, a Nova Zelândia se orgulha de ser líder em questões ambientais na Antártica. Uma forma de garantir sua influência contínua nos fóruns internacionais antárticos tem sido a manutenção de altos padrões ambientais nas próprias atividades conduzidas no continente.

No próximo capítulo, será apresentado o NZAP e suas estruturas.

4 O PROGRAMA ANTÁRTICO DA NOVA ZELÂNDIA

Após efetuarmos a análise histórica, a partir do início do século XX, sobre a evolução do pensamento neozelandês com relação ao sexto continente, no presente capítulo analisaremos sua materialização através do NZAP e os elementos que o compõem. A Nova Zelândia, quando se trata de assuntos antárticos, é referência mundial no que se refere à organização, preservação do meio ambiente e desenvolvimento de soluções de baixo impacto ambiental. Isso se deve em razão da estrutura interna criada para tratar dos assuntos afetos ao continente vizinho e pela postura participativa e proativa adotada nas reuniões realizadas com os Estados-Parte do Tratado da Antártica.

Para atingirmos esse propósito, o capítulo foi estruturado em quatro seções: na primeira, serão analisados órgãos e instituições com interesse no continente gelado; na segunda, a Estação Scott; já na terceira, a fazenda eólica mais ao sul do mundo; e na última serão apresentadas as considerações parciais.

4.1 Organizações com interesse na Antártica

Como observado no capítulo anterior, o interesse do governo neozelandês pela Antártica foi desenvolvido a partir da segunda metade do século XX. Inicialmente, foram criadas estruturas privadas para fomentar o interesse popular pela região, mas, posteriormente, foram criados órgãos públicos para desenvolver, administrar e implementar as atividades conduzidas no continente e oceano austrais.

Segundo Anne-Marie Brady (2013), a *Antarctica New Zealand* (ANZ), criada em 1996 e sediada em Christchurch, é a agência governamental responsável pela realização de todas as atividades neozelandesas na Antártica. Composta por um conselho de administração de seis pessoas e uma equipe permanente de vinte e cinco, a ANZ possui inúmeras tarefas, tais como: contratar a equipe que trabalha na Estação Scott a cada temporada; administrar a estação; coordenar, aprovar e fornecer parte do financiamento para o programa de pesquisa científica antártica da Nova Zelândia; preparar os pesquisadores e outros visitantes que vão para a Antártica em projetos neozelandeses; por meio de seus programas de artes, mídia e juventude, a organização é responsável por aumentar a conscientização pública na Nova

Zelândia sobre a importância internacional do continente e sua conexão e importância para o país.

Em razão da percepção governamental da importância na manutenção dos direitos antárticos neozelandeses, bem como da criação e disseminação de uma consciência popular pró-antártica, criou-se um órgão público para garantir que as políticas governamentais seriam seguidas e estariam de acordo com os interesses da nação.

O envolvimento da Nova Zelândia na Antártica é coordenado e supervisionado por vários órgãos governamentais que trabalham em conjunto. Segundo Anne-Marie Brady (2013), a política do governo neozelandês sobre o continente gelado é coordenada pelo *Officials Antarctic Committee* que, além da ANZ, é composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Pesca, Ministério da Defesa, Tesouro, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo, Ministério dos Transportes, Ministério da Pesquisa, Ciência e Tecnologia, Gabinete do Primeiro Ministro e Forças de Defesa da Nova Zelândia. Vale ressaltar que o Comitê em questão é presidido pela Unidade de Política Antártica do Ministério das Relações Exteriores e Comércio (MFAT, em sua sigla em inglês), que possui as tarefas de: coordenar o aconselhamento político ao governo; representar os interesses neozelandeses dentro dos vários órgãos do ATS; conduzir a diplomacia relacionada à Antártica da Nova Zelândia; fornecer ao MFAT conselhos sobre a implementação da Lei da Antártica de 1994²⁰, que inclui o desenvolvimento de procedimentos claros para todos os turistas, operadores turísticos e visitantes não governamentais que pretendem ir ao sexto continente partindo da Nova Zelândia; e assessorar o governo na implementação da Lei dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos de 1981.

A mesma autora afirma que o MFAT, além da Unidade Política Antártica, é aconselhado pelo Painel de Avaliação e Revisão Ambiental, um corpo de cientistas especialista em assuntos antárticos sobre o impacto ambiental de qualquer atividade relacionada ao sexto continente e à Nova Zelândia.

A estrutura vigente expõe a preocupação e o engajamento governamental no trato dos assuntos antárticos. O *Officials Antarctic Committee* possibilita que os distintos interesses e perspectivas do Estado presentes nos diferentes ministérios sejam expostos,

²⁰ Incluída no ordenamento jurídico neozelandês, a Lei da Antártica de 1994 fornece proteção abrangente do meio ambiente antártico, reconhece a Antártica como uma reserva natural dedicada à paz e à ciência e implementa o Protocolo de Proteção Ambiental ao Tratado da Antártida. (NEW ZEALAND, 1994).

debatidos e trabalhados para a definição de ações governamentais que serão levadas, pela Unidade Política Antártica, ao MFAT que, após ouvir um corpo de cientistas sobre os possíveis impactos ambientais decorrentes das ações propostas, definirá as políticas antárticas a serem adotadas pelo país.

Constata-se também que, atualmente, a Nova Zelândia possui centros de pesquisa dedicados aos estudos do continente gelado, como o *Gateway Antarctica*, presente na Universidade de Canterbury. O centro oferece cursos de graduação e pós-graduação em Estudos Antárticos e desempenha um papel de liderança em projetos de pesquisa antártica, nacionais e internacionais, incluindo áreas como engenharia em ambientes extremos, o papel da Antártica nas mudanças climáticas, conexões entre a Antártica e a Nova Zelândia e influências humanas no sexto continente (UC, [2023?]; BRADY, 2013).

De acordo com Anne-Marie Brady (2013), há algumas organizações não-governamentais (ONG) que também estão envolvidas no apoio às atividades neozelandesas na Antártica e no envolvimento com o Sistema do Tratado Antártico. O *Greenpeace*, a *Forest and Bird Society* e a *Antarctic and Southern Ocean Coalition* são os mais proeminentes e possuem forte interesse em questões ambientais. Já o *Antarctic Heritage Trust* é uma ONG que recebe financiamento do governo neozelandês para seus custos administrativos e tem atuado na promoção da preservação de várias cabanas históricas de exploradores na Dependência Ross.

Percebe-se assim que a mentalidade e interesse populares pelos assuntos antárticos estão sendo desenvolvidos no seio da sociedade. Os estudos e pesquisas científicas conduzidas não só por nacionais, mas também por estrangeiros, são fundamentais para o preciso conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos naturais disponíveis na área reclamada pela Nova Zelândia. Tais estudos são também utilizados para fomentar o sentimento popular de posse daquela rica região. Por isso, não é de surpreender que mesmo ONG recebam assistência do governo para seu trabalho.

Na próxima seção será apresentada a estação antártica neozelandesa.

4.2 Presença neozelandesa na Antártica – Estação Scott

A estação de pesquisa antártica permanente da Nova Zelândia, Estação Scott²¹, está localizada em Pram Point, no final da Península de Hutt Point, na Dependência Ross. Fica a cerca de 3 km da maior estação de pesquisa antártica dos EUA, McMurdo, a 3.800 km ao sul de Christchurch e a 1.350 km do Polo Sul. A Estação Scott foi construída em 1957, inicialmente como um depósito para a TAE e para atividades científicas associadas ao Ano Geofísico Internacional, e, a partir de 1959, tornou-se uma estação de pesquisa permanente (NOVA ZELÂNDIA, 2023).

Segundo Anne-Marie Brady (2013), a Estação Scott foi reconstruída de 1976 a 1977 e passou por reformas de 2005 a 2007. Em sua forma atual, consiste em uma série de oito módulos modernos, construídos em chapa de aço, revestidos com espuma de poliuretano e pintados em verde, o que adiciona um toque de vegetação da Nova Zelândia à paisagem árida da Antártica. A estação é elevada acima do solo, para que a neve possa soprar por baixo, e os módulos são unidos por uma série de corredores, permitindo que o pessoal se desloque por diferentes partes da estação sem precisar sair dela, além de permitir o fechamento de setores em caso de incêndio.

Anne-Marie Brady (2013) ainda afirma que as reformas na Estação Scott nos últimos anos incluíram esforços consideráveis para diminuir o impacto da presença humana no gelo. Todo o lixo é cuidadosamente separado, e o que pode ser reciclado é devolvido à Nova Zelândia. Todos os restos de comida, papel e madeira não tratada são queimados em um incinerador de alta temperatura. As janelas têm vidros quádruplos, os mictórios são “sem água” e um novo helicóptero usa 40% menos combustível. O esgoto e as águas residuais são tratados em uma estação de tratamento de águas residuais antes de serem descarregados no Mar de Ross.

Desta forma, desde a construção da Estação Scott, a Nova Zelândia manteve-se engajada não só na manutenção de estruturas seguras para o desenvolvimento de atividades científicas e firmar presença no continente, mas também na implementação de procedimentos que não afetem demasiadamente o meio ambiente.

²¹ Ver FIG. 5, ANEXO E.

Desde o final da década de 1950, cerca de 20 a 30 projetos científicos são conduzidos anualmente na Estação Scott, que pode abrigar até 86 pessoas simultaneamente. Durante o verão austral, uma equipe de 35 pessoas, composta por militares e civis contratados pela ANZ, é responsável pela administração da estação e auxílio às equipes de pesquisa científica e outros grupos. Dentre as atividades realizadas, destaca-se o fornecimento de alimentação, apoio às comunicações e operações e treinamento de campo para todos os participantes das atividades antárticas anuais da Nova Zelândia. Durante o inverno, uma equipe de 12 pessoas permanece na estação para atividades de manutenção da estação e preparação para o próximo verão austral (NOVA ZELÂNDIA, 2023; WORKING, 2023).

De acordo com Anne-Marie Brady (2013), os EUA, a Nova Zelândia e a Itália participam de um *pool* logístico conjunto para transportar pessoal e mercadorias entre Christchurch e a área do Mar de Ross, de forma que as contribuições de cada país são proporcionais ao peso da carga e do pessoal que enviam. Durante o verão, do início de outubro até o início de março, há voos regulares entre Christchurch e McMurdo Sound. No entanto, em razão da ausência de luz solar durante o inverno, os voos são limitados e programados. Todas as cargas que não podem ser embarcadas nas aeronaves, itens pesados e combustível, são levadas por navios. Desde o início de seu programa antártico, os EUA proveem o apoio logístico com navios às estações McMurdo e Scott e, atualmente, enviam dois navios mercantes, um tanque e outro cargueiro. Desde 2020, a Nova Zelândia coloca à disposição do *pool* um navio militar de transporte de material, já mencionado no capítulo anterior.

Logo, ficam evidentes as facilidades proporcionadas pelo que Morgenthau descreveu como o fator geográfico; em razão da proximidade da Nova Zelândia à Antártica, as operações e a logística são facilitadas, refletindo diretamente nos custos de manutenção do NZAP – voos regulares diminuem o tempo de permanência ocioso de pesquisadores na Estação Scott com conseqüente economia de recursos, tais como gêneros e água que, se consumidos, levariam à necessidade de reabastecimento, o que aumentaria os custos. Além daquela proporcionada pela proximidade entre as estações norte-americana e a neozelandesa, que fizeram com que a última se beneficiasse por mais de 60 anos dos apoios logísticos marítimo e aéreo prestados pelos EUA à sua estação.

No orçamento de 2021, a ANZ recebeu US\$ 344 milhões para reforma da Estação Scott. Além do aumento das instalações, que poderão acomodar até 100 pessoas, está

prevista a renovação do parque eólico, o que garantirá que a nova estação seja alimentada por até 97% de energia renovável (NOVA ZELÂNDIA, 2023a).

O comprometimento neozelandês com as reformas foi demonstrado em outubro de 2022, quando a Primeira-Ministra Jacinda Ardern visitou a Estação Scott em comemoração aos 65 anos de sua fundação. Jacinda chegou à Antártica a bordo de uma aeronave norte-americana, valorizando a cooperação e suporte logístico prestado pelos EUA. A Primeira-Ministra teve a oportunidade de ver e experimentar as dificuldades proporcionadas pelo ambiente na realização das atividades antárticas e viu também os trabalhos preliminares para a reforma da estação, que garantirá o futuro do centro de pesquisas pelos próximos 50 anos. Em seu pronunciamento, declarou que a Antártica faz parte da herança e do futuro de seu país, demonstrou o comprometimento neozelandês pela proteção do continente gelado como uma reserva natural para a paz, ciência e cooperação e afirmou que os investimentos realizados nas pesquisas antárticas são essenciais e necessários para entender como a humanidade está afetando aquele continente e como ele nos afetará (NOVA ZELÂNDIA, 2022).

Dessa forma, pode-se afirmar que o atual governo se mantém decidido pela continuidade das pesquisas e atividades desenvolvidas no continente gelado. Tal afirmativa é comprovada pelos expressivos recursos destinados à reforma e ampliação da Estação Scott, bem como aumento de infraestrutura geradora de energia limpa e sustentável. Esses investimentos, além de servirem como exemplo para as demais nações quanto à adoção de tecnologias de baixo impacto de carbono, garantem a presença neozelandesa na Antártica pelas próximas décadas.

Na próxima seção será apresentada a estrutura de geração de energia limpa instalada.

4.3 Fazenda eólica na Ilha Ross

A Fazenda Eólica na Ilha Ross²² (RIWF, em sua sigla em inglês) fornece energia elétrica para as estações Scott e McMurdo e é reconhecida como parte da contribuição neozelandesa para o *pool* de logística envolvendo os EUA. Quando inaugurada, em 2010, foi

²² Ver FIG. 6, ANEXO F.

considerada a fazenda eólica mais ao sul do mundo e, além de ser composta por três turbinas, fornece energia e conecta as redes elétricas das estações neozelandesa e norte-americana (MERIDIAN, [2012]).

A construção do parque eólico começou em novembro de 2008 e o projeto foi financiado pelo governo da Nova Zelândia. Construído sob uma aliança entre a ANZ e a *Meridian Energy Ltd*²³, com o apoio da *US National Science Foundation*²⁴, esses organismos ficaram encarregados pela aquisição, construção, comissionamento, operação e manutenção do RIWF (ROSS..., [2023?]).

A localização escolhida para instalação do parque eólico foi *Crater Hill*, em razão de possuir ventos com alta velocidade média anual, estar localizado entre as estações antárticas da Nova Zelândia e dos EUA, além de ser uma das poucas áreas livres de gelo na Ilha Ross.

O projeto incorporou princípios do Tratado Antártico de proteção ambiental e teve como objetivo substituir a energia produzida através dos combustíveis fósseis pela energia eólica renovável. A substituição não apenas reduz os gases de efeito estufa, mas também o risco relacionado ao transporte e armazenamento de combustível líquido na Ilha Ross. O consumo anual de combustível das estações foi reduzido em aproximadamente 463.000 litros e a produção de gases de efeito estufa por ambas as estações foi reduzida em 1.242 toneladas de CO₂ (THE ROSS..., 2010).

Como já mencionado na seção anterior, recursos aprovados em 2021 serão destinados à renovação do parque eólico antártico, que contará com três novas turbinas de última geração capazes de prover mais de 90% da energia demandada pela nova estação. As novas turbinas estão programadas para navegar para a Antártica no verão de 2023/24 e serem instaladas no verão de 2024/25 (NEW, 2023).

Portanto, a instalação e o aprimoramento da capacidade de geração de energia limpa e renovável demonstram o compromisso da Nova Zelândia com a sustentabilidade e preservação ambiental, uma vez que, com a matriz energética proposta, há redução dos riscos ambientais associados ao transporte de óleo diesel para o sexto continente.

²³ *Meridian Energy Limited* é uma empresa privada responsável por gerar e distribuir eletricidade na Nova Zelândia. (MERIDIAN, 2023).

²⁴ A *National Science Foundation* é uma agência independente do governo dos Estados Unidos que apoia a pesquisa e a educação em todos os campos não médicos da ciência e da engenharia. (NSF, [2023?a]).

4.4 Considerações parciais

A criação de órgãos públicos e de uma estrutura governamental para tratar de assuntos antárticos demonstram a preocupação com o desenvolvimento e trato do tema pelo governo, bastante visível pela forma como tem sido disseminado para a sociedade local.

O desenvolvimento, seja por centros de estudos e de pesquisa antárticos nas Universidades da Nova Zelândia ou mesmo por ONG, de uma consciência e interesse nacionais pelas riquezas presentes no sexto continente, fomenta, indiretamente, o sentimento de posse da região reivindicada pelos cidadãos neozelandeses. Verificou-se que o governo estimula tal procedimento, chegando até mesmo a patrocinar ONG que defendam tais interesses.

A Nova Zelândia mantém-se presente na Antártica desde a construção da Estação Scott e faz questão de ser referência em possuir estruturas modernas e seguras para o desenvolvimento de pesquisas e na implementação de procedimentos de baixo impacto ambiental.

Em razão da proximidade geográfica entre o estado neozelandês e a Antártica, a comunidade científica internacional se beneficia dos voos regulares entre essas localidades e tem seu tempo ocioso no continente gelado reduzido, evitando assim gastos desnecessários nos programas antárticos desenvolvidos.

A proximidade entre as estações antárticas norte-americana e neozelandesa reduziu também os custos logísticos de abastecimento da Estação Scott, pois a última se beneficia, desde sua criação, do apoio logístico de navios e aeronaves prestado pelos EUA à sua estação.

A instalação do parque eólico em *Crater Hill*, localidade entre as estações Scott e McMurdo, demonstram o compromisso neozelandês com a preservação ambiental, implementação de procedimentos antárticos sustentáveis e na manutenção do *pool* logístico estabelecido, através de um bom relacionamento com os EUA.

Em razão do Protocolo de Madri (1991), as pretensões territorialistas e exploratórias do continente gelado encontram-se em estado latente. A criação da mentalidade antártica na sociedade, a manutenção do NZAP e as reformas e ampliação das estruturas antárticas neozelandesas demonstram o interesse governamental em permanecer no continente e

continuar apto a reivindicar porções do território que, caso ocorra, causará uma alteração significativa de poder no SI. Utilizando os conceitos difundidos por Morgenthau, a Nova Zelândia, apesar de adotar uma política externa do *status quo*, mantém-se habilitada a requerer seus direitos e pode, em um futuro próximo, atuar de maneira imperialista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou a evolução do pensamento antártico neozelandês, sob a perspectiva realista, através de uma análise histórica a partir do início do século XX até os dias atuais, e o programa antártico daquele país, através da análise de organismos responsáveis por difundir a mentalidade antártica e estruturas governamentais que possibilitam a realização de atividades no sexto continente. Tais investigações e análises tiveram como objetivo responder à pergunta formulada no primeiro capítulo: como é desenvolvido o Programa Antártico da Nova Zelândia?

Para a consecução do objetivo, no segundo capítulo foi apresentada a fundamentação teórica realista segundo o cientista político Hans Morgenthau, onde os Estados buscam o “Equilíbrio de Poder” conduzindo suas políticas externas de três distintas formas, quais sejam: *status quo*, imperialista e de prestígio. Ainda foram apresentados os elementos constitutivos do Poder Nacional, dentre os quais os seguintes foram utilizados para embasamento das análises apresentadas: a geografia, recursos naturais e grau de preparação militar. Além disso, foram ressaltadas algumas características da Antártica, enfatizando-se a biodiversidade e possibilidade da existência de grandes reservas minerais, bem como foi citado um breve histórico desse continente, desde seu descobrimento até a assinatura do Tratado da Antártica (1959).

No terceiro capítulo passou-se a tratar efetivamente do objeto de estudo e foram realizadas análises sobre a Nova Zelândia, iniciando por sua geografia e características físicas, passando aos vínculos históricos com o Reino Unido, economia, grau de preparação militar e área requerida na Antártica. Posteriormente, em outra seção, foram realizadas análises de fatos históricos que evidenciam a mudança de postura neozelandesa em relação ao continente antártico, ocorridos a partir da consolidação de Christchurch e Dunedin como pontos de parada para as expedições antárticas, até a apresentação de projetos de reforma para a Estação Scott em 2021.

No quarto capítulo analisou-se o órgão governamental responsável por conduzir as atividades no continente gelado, a forma com a qual o governo neozelandês concilia os diferentes interesses do Estado presentes nos diferentes ministérios e a difusão da mentalidade antártica por centros de pesquisa universitários ou ONG. Ainda foram

realizadas análises acerca das estruturas mantidas na Antártica e que constantemente passam por modificações e reformas: Estação Scott e fazenda eólica.

Pelas análises efetuadas, evidenciou-se que, até 1958, a Nova Zelândia demonstrava uma relativa apatia pelo sexto continente e que as ações ou políticas realizadas foram motivadas por fatores externos. A mudança de postura deu-se a partir do interesse norte-americano em fixar uma estação na Dependência Ross, com a consequente construção das estações McMurdo e Scott próximas uma da outra. Os EUA, aproveitando a geografia e proximidade da Nova Zelândia à Antártica, decidem por utilizar a cidade de Christchurch como estação continental de apoio à McMurdo, a maior estação antártica do mundo, e a Amundsen-Scott, localizada exatamente no Polo Sul geográfico. Através de um acordo firmado entre os Estados, que se comprometem a apoiar-se mutuamente, a Nova Zelândia é beneficiada pelo enorme esforço logístico norte-americano e, por conta disso, pôde desenvolver seu programa antártico.

Restou claro também que, a partir do momento que a Nova Zelândia toma consciência da sua posição geoestratégica e percebe que o programa antártico norte-americano dependia da manutenção das estruturas em Christchurch e McMurdo Sound, adota medidas para evitar a circulação de objetos nucleares no seu entorno estratégico e surge como um Poder Regional.

Verificou-se que a Nova Zelândia, apesar de manter suas Forças de Defesa aprestadas e bem equipadas, não possui efetivos militares relevantes internacionalmente. Diante disso, busca atender seus interesses através da adoção de uma postura proativa nos ATCM, de uma rigorosa observância das normas internacionais estabelecidas de preservação e conservação do ambiente antártico, além de ocupar posições relevantes em conselhos e presidências dos diferentes órgãos que compõe o ATS.

O NZAP é a expressão governamental para difusão da mentalidade nacional antártica e manutenção de interesses nacionais manifestos por diversos ministérios. É materializado pela condução ininterrupta de pesquisas, priorizando a manutenção das instalações que abrigam e protegem seus nacionais das intempéries antárticas.

Por fim, apesar de a Nova Zelândia adotar uma política externa de manutenção do *status quo* e ter sido o único Estado a já ter proposto publicamente renunciar a seus direitos reivindicatórios, caso outras nações abrissem mão de seus interesses em benefício da população mundial, pode-se afirmar que seu programa antártico é conduzido com o objetivo

de manter o país habilitado, a partir de 2048, a reivindicar direitos de exploração mineral e territórios na Antártica, caso o Tratado da Antártica (1959) e o Protocolo de Madri (1991) sejam alterados neste sentido. Tais medidas certamente desequilibrariam o Sistema Internacional e evidenciarão a alteração da política externa atual, de manutenção do *status quo*, para uma imperialista.

Ademais, em razão do porte médio do NZAP, sugere-se, para trabalhos com maior disponibilidade de tempo e número de páginas autorizado, um estudo comparativo com o Programa Antártico Brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANTARCTIC TREATY CONSULTATIVE MEETING (ATCM), 11, 1981, Buenos Aires. **Report of the eleventh consultative meeting**. Buenos Aires: Ministry of Foreign Affairs and Worship, 1981. Disponível em: <<https://www.ats.aq/devAS/Meetings/Past/19>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

ANTARCTIC TREATY CONSULTATIVE MEETING (ATCM), 15, 1989, Paris. **Final report of the fifteenth Antarctic treaty consultative meeting**. Paris: Republic of France, 1989. Disponível em: <<https://www.ats.aq/devAS/Meetings/Past/39>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

ANTARCTICA fact file. **Cool Antarctica**, [S.l.], 2001. Disponível em: <<https://www.coolantarctica.com/Antarctica%20fact%20file/antarctica-fact-file-index.php>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

ANZUS pact. *In*: BRITANNICA. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 25 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/ANZUS-Pact>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

AUSTRALIA. Department of Climate Change, Energy, the Environment and Water. Antarctic Division. **British, Australian, New Zealand Antarctic Research Expeditions 1929-31 (BANZARE)**. Australia: Antarctic Division, 4 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.antarctica.gov.au/about-antarctica/history/exploration-and-expeditions/banzare-1929-31/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

BRADY, Anne-Marie. New Zealand's Antarctica. *In*: BRADY, Anne-Marie. **The emerging politics of Antarctica**. London: Routledge, 2013. cap. 8, p. 147-162.

BULKELEY, Rip. Origins of the International Geophysical Year. *In*: BARR, Susan; LUDECKE, Cornelia (ed.). **The history of the International Polar Years (IPYs)**. Heidelberg: Springer, 2010. cap. 9, p. 235-238.

COMMISSION FOR THE CONSERVATION OF ANTARCTIC MARINE LIVING RESOURCES (CCAMLR). **About CCAMLR**. Tasmania: CCAMLR, 20 out. 2022. Disponível em: <<https://www.ccamlr.org/en/organisation>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

COMMONWEALTH summary. *In*: BRITANNICA. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 18 mar. 2003. Disponível em: <<https://www.britannica.com/summary/Commonwealth-association-of-states>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

DODDS, Klaus. **Geopolitics in Antarctica**: views from the Southern Oceanic Rim. Chichester: Scott Polar Research Institute, University of Cambridge, 1997.

DODDS, Klaus; GAN, Irina; HOWKINS, Adrian. The IPY-3: the International Geophysical Year (1957-1958). *In*: BARR, Susan; LUDECKE, Cornelia (ed.). **The history of the international polar years**. Heidelberg: Springer, 2010. cap. 10, p. 239-258.

Estados Unidos da América – EUA. National Science Foundation (NSF). **Amundsen-Scott South Pole Station**. Alexandria, VA: NSF, 2023. Disponível em: <<https://www.nsf.gov/geo/opp/support/southp.jsp>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

GONDWANA: ancient supercontinent. *In*: BRITANNICA. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 6 May. 2023. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Gondwana-supercontinent>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

GRIFFITHS, Martim; ROACH, Steven C.; SOLOMON, M. Scott. **Fifty key thinkers in international relations**. 2nd ed. London: Routledge, 2009.

HAGLUND, David G. North Atlantic Treaty Organization. *In*: BRITANNICA. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 7 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/North-Atlantic-Treaty-Organization>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

INTERNATIONAL Geophysical Year (IGY). *In*: BRITANNICA. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 20 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/International-Geophysical-Year>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

MATTOS, Leonardo Faria de. **O Brasil e a adesão ao tratado da Antártica**: uma análise de política externa no governo Geisel. 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

McMURDO Station Antarctica. **Cool Antarctica**, [S.l.], 2001. Disponível em: <<https://www.coolantarctica.com/Bases/McMurdo/mcmurdo-base-antarctica.php>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

MERIDIAN. New Zealand: Meridian Energy, 2023. Disponível em: <<https://www.meridianenergy.co.nz/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

MERIDIAN. **Ross Island wind farm**. New Zealand: Meridian Energy, 2012. Disponível em: <<https://www.meridianenergy.co.nz/power-stations/wind/ross-island>>. Acesso em: 06 ago. 2023

MINGST, Karen A.; ARREGUIN-TOFT, Ivan M. **Princípios das Relações Internacionais**. Tradução de Cristiana Martins Serra. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Ed. UnB, 2003.

NEW turbines for the windiest continente. **Antarctica New Zealand**, Christchurch, 12 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.antarcticanz.govt.nz/media/news/new-turbines-for-the-windiest-continent>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NEW Zealand GDP per capita. **Trading Economics**, dez. 2022. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/new-zealand/gdp-per-capita>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NEW ZEALAND. Defence Force. **Defence Force**. New Zealand: DF, 2023a. Disponível em: <<https://www.nzdf.mil.nz/nzdf/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NEW ZEALAND. Defence Force. **HMNZS “Aotearoa”**. New Zealand: DF, 2023b. Disponível em: <<https://www.nzdf.mil.nz/nzdf/our-equipment/ships-and-watercraft/hmnzs-aotearoa/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NEW ZEALAND. Ministry of Foreign Affairs and Trade. **M1988/01**. Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities. New Zealand: Ministry of Foreign Affairs and Trade, 02 jun. 1988. Disponível em: <<https://www.mfat.govt.nz/en/about-us/who-we-are/treaties/convention-on-the-regulation-of-antarctic-mineral-resource-activities/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NEW ZEALAND. Parliamentary Counsel Office. **Antarctica (Environmental Protection) Act 1994**. New Zealand: Parliamentary Counsel Office, 6 dez. 1994. Disponível em: <<https://www.legislation.govt.nz/act/public/1994/0119/latest/whole.html>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NEW ZEALAND. Royal New Zealand Air Force. **Boeing 757-2K2**. New Zealand: Royal New Zealand Air Force, 2023c. Disponível em: <<https://www.nzdf.mil.nz/air-force/our-equipment/aircraft/boeing-757-2k2/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NEW ZEALAND. Royal New Zealand Air Force. **Boeing P-8A Poseidon**. New Zealand: Royal New Zealand Air Force, 2023. Disponível em: <<https://www.nzdf.mil.nz/air-force/our-equipment/aircraft/boeing-p-8a-poseidon/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NOVA ZELÂNDIA. Antarctica New Zealand. **Scott Base to welcome PM Jacinda Ardern**. Christchurch, NZ, 20 out. 2022. Disponível em: <<https://www.antarcticanz.govt.nz/media/news/scott-base-to-welcome-pm-jacinda-ardern>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

_____. _____. **Scott Base**. Christchurch, NZ, 2023. Disponível em: <<https://www.antarcticanz.govt.nz/scott-base>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

_____. _____. **Scott Base Redevelopment**. Christchurch, NZ, 2023a. Disponível em: <<https://www.scottbaseredevelopment.govt.nz/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

OUR facilities. **Antarctica New Zealand**, Christchurch, 2022. Disponível em: <<https://www.antarcticanz.govt.nz/scott-base/facilities>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais**: temas, atores e visões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PETER Fraser: biography. **NZHistory**, New Zealand, 1 set. 2021. Disponível em: <<https://nzhistory.govt.nz/people/peter-fraser>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

ROSS Island Wind Farm, Ross Island, Antartica. **Renewable Technology**, London, 2023. Disponível em: <<https://www.renewable-technology.com/projects/ross-island-wind-farm-ross-island-antartica/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Secretariat of the Antarctic Treaty - SAT, 2023. [S.l.], 2023. Disponível em: <<https://www.ats.aq/devAS/Parties?lang=e>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR (Brasil) (SECIRM). **Tratado da Antártica e Protocolo de Madri**. 2. ed. atual. Brasília, DF: SECIRM, 2016.

SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR (Brasil) (SECIRM). Programa Antártico Brasileiro. **Sobre o continente**. Brasília, DF: SECIRM, 2023. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/a-antartica>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

THE ROSS island wind farm project, Antarctica. **Power Technology**, New York, 7 abr. 2010. Disponível em: <<https://www.power-technology.com/projects/rossislandwindfarm/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

UNITED STATES. Central Intelligence Agency. **The world factbook**: New Zealand. Washington, DC: CIA, 01 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/new-zealand/>>. Acesso em: 06 ago 2023.

UNITED STATES. Central Intelligence Agency. **The world factbook**: world and regional maps: political Antarctic region. Washington, DC: CIA, 2020. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/maps/world-regional/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

UNIVERSITY OF CANTERBURY (UC). **Gateway Antarctica**. Christchurch, NZ: University of Canterbury, 2023. <<https://www.canterbury.ac.nz/science/schools/earth-and-environment/antarctica/>>. Acesso em: 06 ago 2023.

WALTER Nash: biography. **NZHistory**, New Zealand, 8 nov. 2017. Disponível em: <<https://nzhistory.govt.nz/people/walter-nash> >. Acesso em: 06 ago. 2023.

WIND farm upgrade. **Antarctica New Zealand**, Christchurch, 2023. Disponível em: <<https://www.scottbaseredevelopment.govt.nz/wind-farm-upgrade>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

WORKING at Scott Base. **Antarctica New Zealand**, Christchurch, 2023. Disponível em: <<https://antarcticanz.hosting.staffcv.com/working-at-scott-base-2/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

ANEXOS ANEXO A

Mapa das reivindicações territoriais na Antártica



FIGURA 1 – Mapa das reivindicações territoriais na Antártica
Fonte: United States, 2020.

ANEXO B
HMNZS “Aotearoa”



FIGURA 2 – HMNZS “Aotearoa”
Fonte: New Zealand, 2023b.

ANEXO C
Boeing 757-2K2



FIGURA 3 – Boeing 757-2K2
Fonte: New Zealand, 2023c.

ANEXO D
Boeing P-8A Poseidon



FIGURA 4 – Boeing P-8A Poseidon.
Fonte: New Zealand, 2023.

ANEXO E
Vista área da Estação Scott



FIGURA 5 – Vista área da Estação Scott.
Fonte: Our, 2022.

ANEXO F
Fazenda Eólica em *Cratter Hill*



FIGURA 6 – Fazenda Eólica em *Cratter Hill*.
Fonte: Wind, 2023.